



ACÓRDÃO Nº941/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 2383/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas - ARSAM
- 4- **Exercício:** 2012
- 5- **Responsáveis:** FÁBIO AUGUSTO ALHO DA COSTA
- 6- **Unidade Técnica:** DICA/AM
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3674/2016-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Indireta Estadual (Autarquias, Fundações e Fundos Especiais). Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas - ARSAM. Exercício de 2012.

Regularidade com ressalvas. Multa. Multa. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. A UNANIMIDADE:

9.1.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Fábio Augusto Alho da Costa, Diretor Presidente da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Amazonas – ARSAM, exercício de 2012, com fulcro no art. 22, II c/c art. 24 da Lei 2423/96;

9.1.2. **Aplicar Multa** ao Sr(a). Fábio Augusto Alho da Costa pela **Restrição 2.2** do Relatório/Voto, no valor de **R\$ 2.192,06**, pelo não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência do Tribunal, conforme disposto no art. 308, I, “a”, com a nova redação dada pela Resolução nº 25/2012, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da



ACÓRDÃO Nº941/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Resolução nº 04/2002-TCE/AM, e caso não seja recolhido, proceda a inscrição na dívida ativa, em consonância com art. 73 da Lei nº 2.423/1996;

9.1.3. **Recomendar** ao Sr. Fábio Augusto Alho da Costa e/ou a atual direção da ARSAM **que observe**, com maior rigor, o cumprimento da legislação pertinente à matéria a fim de não ser penalizado por reincidência na forma do art. 308, inciso IV e alínea “b” da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012.

9.2. POR MAIORIA:

9.2.1. **Aplicar Multa** ao Sr(a). Fábio Augusto Alho da Costa pela **Restrição 1** do Relatório/Voto, no valor de **R\$ 4.384,12**, pelo atraso no envio de dados ao ACP (Auditor de Contas Públicas) nos meses de Junho, Julho, Agosto e Dezembro (sendo R\$ 1.096,03 por mês de atraso), na forma do art. 308, inciso II, da Resolução TCE nº 04/2002 com a nova redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 25/2012, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, e caso não seja recolhida, proceda a inscrição na dívida ativa, em consonância com art. 73 da Lei nº 2.423/1996. **Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, com voto divergente.**

10- Ata: 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 29 de Novembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dra. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº941/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral